

Instruções – Prova Objetiva

- Este caderno contém 20 (vinte) questões, com 5 alternativas cada uma.
- Cada questão contém somente UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- Atribui-se a cada questão o valor de 0,5 ponto, totalizando 10,0 pontos.
- Há um QUADRO DEFINITIVO DE RESPOSTAS, que deverá ser preenchido de caneta AZUL ou PRETA.

Quadro Definitivo de Respostas

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

Questão 1 (FUNDEP Prefeitura de Ubá - MG - Procurador Municipal - Adaptada) - Certo município brasileiro estabeleceu multa punitiva tributária em patamar correspondente ao décupo do valor do imposto devido. Nessa hipótese, segundo a jurisprudência do STF é possível afirmar:

- Houve violação do princípio constitucional da vedação ao confisco.
- Houve violação do princípio da reserva legal em matéria tributária.
- O ato é legítimo, por se adequar à capacidade de autoadministração do município.
- O ato é legítimo, inexistindo relação entre o valor do tributo e o da multa punitiva.
- Houve violação ao princípio da irretroatividade.

Questão 2 (Prova: Concursos-MS - 2016 - PGE-MS - Procurador do Estado - Adaptada) - Assinale a alternativa **incorrecta**.

- As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- Os tributos podem ser classificados em tributos vinculados e tributos não vinculados a uma atuação estatal; e, segundo essa classificação, o preço público (tarifa) estaria inserto no grupo dos tributos vinculados, enquanto o imposto estaria inserto no grupo dos tributos não vinculados.
- A base de cálculo, além de medir as proporções reais do fato, juntamente com a alíquota determina o valor da prestação pecuniária.
- Os tributos parafiscais caracterizam-se pelo fato de serem arrecadados por outras entidades, designadas pela lei, em proveito de suas próprias finalidades.
- O entendimento referendado pelo Supremo Tribunal Federal é o de que são consideradas tributo também as contribuições destinadas à seguridade social.

Questão 3 (Prova: PGE-MS - 2016 - PGE-MS - Procurador do Estado - Adaptada) - Assinale a alternativa **incorrecta**.

- As empresas estatais, em determinadas condições, podem estar protegidas pela imunidade tributária.
- É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- O Estado, mediante lei, tem competência tributária para estabelecer alíquotas diferenciadas para o IPVA, de forma que os veículos importados tenham alíquotas superiores às dos veículos que são produzidos no território nacional.
- A imunidade recíproca dos entes federados é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços.
- O Supremo Tribunal Federal tem entendimento de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), mesmo sendo empresa pública, goza de imunidade tributária recíproca, não devendo pagar impostos sobre seu patrimônio, renda e serviços, mesmo que estes não estejam vinculados às suas finalidades essenciais.

Questão 4 (Prova: FCC - 2008 - TCE-RR - Procurador de Contas - Adaptada) - São características comuns aos empréstimos compulsórios e às contribuições especiais:

- A) sempre são de competência da União.
- B) só podem ser instituídos por lei complementar.
- C) não são considerados tributos e não estão inseridos no Sistema Tributário Nacional.
- D) possuem vinculação de receita à destinações específicas.
- E) são restituíveis, os primeiros em prazo e forma fixado em lei ou depois de um período de carência de contribuição.

Questão 5 (Prova: FCC - 2008 - TCE-RR - Procurador de Contas - Adaptada) - O princípio da legalidade tributária que rege o Direito Tributário pátrio dispõe que a instituição ou majoração de tributos depende de lei. Neste sentido, é correto afirmar que

- A) a única fonte do direito tributário é a lei.
- B) somente a lei ordinária é fonte instituidora de tributos.
- C) os empréstimos compulsórios não se submetem ao princípio da legalidade.
- D) a majoração de todos os tributos federais, dentro dos limites legais, pode ser feita por decreto do Poder Executivo.
- E) medida provisória pode instituir alguns impostos.

Questão 6 (Prova: UECE-CEV - 2016 - Prefeitura de Amontada - CE - Procurador Autárquico - Adaptada) - Quanto aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- A) sempre que possível, os impostos terão caráter real e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- B) competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- C) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir taxa de iluminação pública.
- D) as taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- E) não há exceção ao princípio da anterioridade.

Questão 7 (Prova: FUNDATEC - 2010 - PGE-RS - Procurador do Estado - Adaptada) - Além de dispor sobre conflitos de competência, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em matéria tributária, a Constituição Federal atribui à Lei Complementar outras funções. Assinale a alternativa que melhor descreve essas funções:

- A) Instituir tributos específicos, definir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.
- B) Instituir impostos específicos, definir tratamento mais gravoso às microempresas e empresas de pequeno porte e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.
- C) Definir tratamento favorecido às grandes empresas e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais
- D) Instituir imposto extraordinário de guerra, definir tratamento adequado às microempresas e empresas de pequeno porte e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais
- E) Definir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, instituir o IPTU e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.

Questão 8 (CESPE/CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - Procurador do Estado - Adaptada) Um dos princípios basilares do direito tributário estabelece que o Estado deve tributar as pessoas de acordo com as suas capacidades econômicas, de modo que os mais ricos contribuam mais em relação aos mais pobres, de forma progressiva. Trata-se do princípio:

- A) do não confisco.
- B) da capacidade contributiva.
- C) da igualdade tributária.
- D) da proporcionalidade.
- D) da praticabilidade da tributação.

Questão 9 – (VUNESP - 2011 - ADVOGADO DA CODE/SP) A descrição hipotética e abstrata de um fato, para o direito tributário, é conceito de:

- A) fato gerador.
- B) hipótese de incidência.
- C) obrigação tributária.
- D) tributo
- E) capacidade tributária

Questão 10 (Prova: CONSULTEC - 2016 - Prefeitura de Ilhéus - BA – Procurador) - Analise as afirmativas a respeito de repartição de receitas tributárias e marque V para as verdadeiras e F, para as falsas.

() O produto de arrecadação de ICMS é repartido pelos Estados com os Municípios

() A União reparte o produto de sua arrecadação com IPVA com os Estados e Municípios.

() Os Municípios repartem o produto de sua arrecadação com Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com os Estados.

() O ente federado que institui empréstimo compulsório tem que repartir 1/3 do produto da arrecadação com os demais entes.

() A União reparte com os Estados e Distrito Federal o produto de sua arrecadação com imposto residual.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

A) V F F V F

B) V V F F F

C) F V V V F

D) F F V V V

E) V F F F V

Questão 11 - Os tributos vêm sendo classificados em cinco espécies: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais e empréstimos compulsórios. Considerando as normas constitucionais e características de cada espécie, é correto afirmar que:

A) a competência para a instituição de impostos é outorgada forte no critério da base econômica ou materialidade (revelações de riqueza do contribuinte) e não no da finalidade, mas não há impedimento a que o legislador, ao instituir um imposto, vincule o seu produto a determinado órgão ou ao custeio de determinada despesa ou investimento.

B) as taxas podem ser instituídas em razão da prestação de serviços específicos e divisíveis ou do exercício do poder de polícia, bem como do aluguel de bens imóveis.

C) as taxas são tributos com característica contraprestacional ou comutativa, de modo que o montante cobrado guarde equivalência razoável com o custo da atividade estatal que constitui seu fato gerador.

D) a competência para a instituição de contribuições de melhoria é privativa da União.

E) os empréstimos compulsórios podem ser instituídos por lei ordinária em caso de relevância e urgência.

Questão 12 (Prova: IESES - 2023 - Prefeitura de Gaspar - SC - Procurador Municipal - Adaptada) Quanto aos princípios constitucionais tributários:

I. O princípio da irretroatividade é um dos princípios constitucionais tributários que estabelece que a lei tributária não pode retroagir para prejudicar o contribuinte.

II. Princípio da legalidade: A instituição e majoração de tributos depende, em regra, de lei.

III. Princípio da isonomia: Todos os contribuintes devem ser tributados igualmente, sendo vedada a isenção.

IV. Princípio da vedação ao confisco: É proibido ao Estado confiscar bens ou rendas dos contribuintes em virtude de tributo.

V. Princípio da capacidade contributiva: O valor do tributo deve ser proporcional à capacidade econômica do contribuinte.

Estão corretos os seguintes princípios tributários expressos nos itens:

A) II, III, IV e V apenas.

B) I, II, IV e V apenas.

C) I, III, IV e V apenas.

D) I, II, III e IV apenas.

Questão 13 (CESPE - 2017 - PGE-SE - Procurador do Estado - Adaptada) Uma certidão positiva com efeitos de negativa consiste em:

A) documento administrativo que indica a existência de créditos com exigibilidade suspensa ou que já estão garantidos em uma execução fiscal.

B) certidão judicial que indica a existência de créditos exigíveis e não garantidos, apesar de não servir para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo.

C) certidão judicial usada para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo, ainda que indique a existência de créditos vencidos e exigíveis.

D) documento administrativo utilizado para a comprovação da quitação de determinado tributo.

E) certidão administrativa ou judicial que serve para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo e que certifica a existência de créditos exigíveis e não adimplidos, mesmo sem garantia.

Questão 14 (Prova: Instituto Consulplan - 2023 - CRC-RJ – Advogado - Adaptada) - Mévio adquiriu imóvel de Caio recentemente, em negócio particular. Faltando com a devida cautela no momento da compra, não exigindo certidão de quitação fiscal, Mévio descobre agora que se encontram pendentes o pagamento de tributos fundiários referentes ao IPTU e à taxa de coleta domiciliar de lixo. Conforme o Código Tributário Nacional,

A) Mévio será responsável pelo IPTU, apenas.

B) Caio será responsável por todos os tributos.

C) Mévio será responsável por todos os tributos.

D) Mévio será responsável apenas pela taxa de coleta domiciliar de lixo.

E) Apenas o despachante de Mévio responderá pelo IPTU.

Questão 15 (Prova: Instituto Consulplan - 2023 - CRC-RJ - Analista Jurídico - Adaptada) - Ente da federação decidiu reduzir, por tempo indeterminado, a alíquota de imposto para alguns setores da indústria local. Posteriormente, foi editado ato normativo que revogou o benefício. Supondo que o tributo em questão não tenha caráter extrafiscal, de acordo com o posicionamento atual do STF, a previsão contida neste ato produz efeitos

- A) imediatamente.
- B) no exercício financeiro seguinte desde que decorridos 90 dias de sua publicação.
- C) decorridos 90 dias da sua publicação independentemente do exercício financeiro.
- D) no exercício financeiro seguinte independentemente do número de dias decorridos de sua publicação.
- E) O ente da federação jamais poderá revogar benefícios fiscais.

Questão 16 - (FGV/AUDITOR DASEFAZ/RJ – 2011 - Adaptada) Considere a seguinte situação hipotética: lei federal fixou alíquotas aplicáveis ao IPI e estabeleceu que a alíquota relativa aos carros produzidos no Estado de Sergipe é de 12%, e a dos produzidos nos demais Estados da região Nordeste é de 18%. Tal enunciado normativo viola o princípio constitucional:

- A) da uniformidade geográfica da tributação.
- B) da capacidade contributiva.
- C) da liberdade de tráfego.
- D) da imunidade recíproca.
- E) do não confisco.

Questão 17 (CESPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA/MPE/SE – 2010) - Considere que um estado tenha instituído imposto sobre o consumo de água tratada, por meio de lei complementar estadual; um município do mesmo estado tenha instituído contribuição para o custeio de iluminação pública, por meio de lei ordinária; e a União tenha instituído, por meio de lei complementar, imposto sobre grandes fortunas. Nessa situação, agiu(ram) em conformidade com a CF somente

- A) o município.
- B) o estado.
- C) a União.
- D) a União e o município.
- E) o estado e o município.

Questão 18 (Prova: IBADE - 2023 - RBPREV - AC - Procurador Jurídico Previdenciário - Adaptada) - A aplicação da lei tributária no tempo é guiada, dentre outros, pelo princípio da irretroatividade. Entretanto, o CTN admite a retroatividade nos casos de lei:

- A) que eleva tributo para o mesmo exercício de sua promulgação.
- B) que institui tributo extrafiscal.
- C) em caso de calamidade pública.
- D) que institui o imposto extraordinário de guerra.
- E) expressamente interpretativa.

Questão 19 (Prova: SUSTENTE - 2019 - Câmara de Igarassu - PE - Analista de Controle Interno) - O Prefeito de determinado município, através de decreto municipal por ele assinado, em 20/07/2019, criou uma nova taxa de serviços que passará a ser cobrada em 01/01/2020. Quanto à referida criação, pode-se afirmar:

- A) A criação será constitucional e a todos deverá ser imposta, porque aquele tributo ainda não estava instituído em lei municipal.
- B) A criação será válida, porque terá respeitado o princípio constitucional da anterioridade.
- C) A criação será inconstitucional, porque não respeitará o princípio da legalidade, basilar no Direito Tributário.
- D) A criação será constitucional, no entanto, só poderá ser cobrada transcorridos 90 (noventa) dias do exercício de 2020, em respeito ao princípio da anterioridade nonagesimal, peculiar às taxas.
- E) A criação será inconstitucional porque taxas só podem ser criadas pela União.

Questão 20 FGV/AUDITOR DA SEFAZ/RJ – 2011) - A respeito da imunidade tributária, é correto afirmar que:

- A) os templos de qualquer culto não poderão ser tributados em relação ao IPTU e às taxas de contribuição de melhoria.
- B) a imunidade recíproca entre os entes federados é absoluta, ou seja, abrange todas as espécies de tributos.
- C) as imunidades seguem as regras de competência previstas na Constituição, mas são criadas por meio de lei.
- D) as entidades sindicais dos trabalhadores e as patronais gozam de imunidade tributária.
- e) a imunidade recíproca entre os entes federados não se aplica em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.